

QUEBRADEIRAS DE COCO E MOVIMENTOS SOCIAIS: LUTA, RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

Ana Cláudia Batista da Silva ¹
Gleiciane Brandão Carvalho ²

RESUMO

Este artigo visa analisar o Movimento Interestadual das quebradeiras de coco babaçu (MIQCB) e de que forma ele tem contribuído para a construção identitária de mulheres quebradeiras de coco no estado do Maranhão. O movimento acima citado foi criado em 1991/1995 nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará³ e é liderado por mulheres extrativistas da quebra do coco que passam e passaram por diversas lutas no decorrer de suas histórias para alcançar seus ideais. Partindo dessa premissa, o trabalho contou com uma pesquisa bibliográfica, que perpassa alguns autores que vem discutindo acerca do movimento de mulheres quebradeiras de coco como um todo, entre eles Andrade (2007) e Silva (2017) e de modo particular autores que abordam sobre as mulheres quebradeiras de coco no estado do Maranhão, como Barbosa (2008 e 2013) e Rebelo (2012). Nessa perspectiva, a pesquisa foi baseada em algumas indagações: Como as quebradeiras de coco se posicionaram quanto as restrições impostas sobre o extrativismo do babaçu? De que forma a quebra do coco auxilia na construção da identidade das mulheres? Qual o impacto do MIQCB na construção identitária das mulheres quebradeiras de coco? Posterior a essa análise, foi possível constatar que o Movimento de quebradeiras de coco, auxilia as mulheres que trabalham com a quebra do coco a se perceberem como sujeitos ativos na construção social, rompendo com isso estereótipos de submissão e inferioridade a que ficaram alicerçadas durante muito tempo, devido ao sistema patriarcado existente no país.

Palavras-chave: Quebradeiras de Coco, MIQCB, Lutas, identidade.

INTRODUÇÃO

Atualmente na sociedade, apesar de algumas mulheres já virem conquistando espaços políticos e econômicos, a valorização à mulher ocorre de forma restrita e minimizada. Visto isso, a importância dada as mulheres quebradeiras de coco é explicitamente semelhante. No entanto, essas mulheres lutam e reivindicam por conquistas territoriais e valorização dos serviços derivados do extrativismo do coco babaçu. Além disso, estabelecem estratégias de resistência a fim de propiciá-las a representação da quebra do coco como construção identitária, considerando que essas buscas vão além de questões sociais, culturais e financeiras, mas também envolve questões como: o que é ser mulher e como ela é vista na sociedade.

¹ Graduanda do Curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, claudinha.sylva2016@gmail.com ;

² Professora do Curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Licenciada em Sociologia (Ufma), Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (Ufma), Mestra em História, Ensino e Narrativas (Uema); gleici.bcarvalho@gmail.com ;

³ Para saber mais acesse o link: <http://www.miqcb.org.br>.

O Maranhão, por ser “o maior em riqueza do meio ambiente em babaçu”(Amaral, 2017, p. 42), possui o maior número de quebradeiras de coco babaçu, por isso foi o estado que sofreu o processo mais intenso de privatização de terras. Além disso, foi no Maranhão que iniciaram os conflitos pela entrada liberada aos babaçuais, ressalta Rebelo (2012). E nesse processo houve a criação de variadas associações e movimentos que colaboraram para alguns avanços, que serão citados no decorrer do trabalho. Essa ideia é ratificada por Hagino (2007) quando relata que alguns desses movimentos iniciaram-se no Maranhão, estado no qual se concentra maior número de palmeiras de babaçu no Brasil, um desses movimentos é o MIQCB (Movimento Interestadual das quebradeiras de coco babaçu), que teve seu primeiro encontro no estado citado.

Nesse contexto, é relevante compreender que o (MIQCB) Movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu, é um movimento que reúne mulheres extrativistas: quebradeiras de coco de quatro estados: Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí, as quais lutam por representações e fortalecimentos de políticas públicas que valorizam o direito das quebradeiras de coco. Nesse contexto, Hagino (2007, p.02) diz que “as quebradeiras de coco babaçu fazem parte de um movimento social feminino que combina consciência ecológica, saberes vivenciados pela prática e detenção da autonomia da produção, formando uma identidade coletiva”. Ou seja, mulheres que reivindicam seus direitos por meio de um movimento em busca de um bem coletivo.

Partindo dessa premissa, o presente trabalho objetiva analisar o Movimento Interestadual das quebradeiras de coco babaçu (MIQCB) e de modo ele tem contribuído para a construção identitária de mulheres no estado do Maranhão. Visto que, o trabalho abordará questões não somente para as quebradeiras de coco, mas também, estratégias, resistências e conquistas dessas mulheres a fim de trazer a sociedade uma valorização a elas.

Desse modo, encontra-se embasado nas seguintes problematizações: Como as quebradeiras de coco se posicionaram quanto as restrições impostas sobre o extrativismo do babaçu? De que forma a quebra do coco auxilia na construção da identidade das mulheres? Qual o impacto do MIQCB na construção identitária das mulheres quebradeiras de coco? Para tanto foi realizado algumas reflexões introdutórias e uma pesquisa bibliográfica sobre a temática. Deve-se considerar que a pesquisa perpassou por alguns autores que vem discutindo acerca do movimento de mulheres quebradeiras de coco como um todo, entre eles Andrade (2007) e Silva (2017) e de modo particular autores que abordam sobre as mulheres quebradeiras de coco no estado do Maranhão, como Barbosa (2008 e 2013) e Rebelo (2012).

Assim, pôde-se constatar que muitas mulheres sofreram em todo esse processo, mas, elas lutavam e lutam por um bem coletivo e a sua conquista, o Movimento citado, é muito significativo para as quebradeiras de coco, pois foi a partir desse movimento que elas se sentiram representadas, puderam apresentar seus posicionamentos e aceitar sua própria identidade como quebradeira de coco. Porém, muitas mulheres morreram, sofreram e lutaram para que se houvesse as conquistas alcançadas na atualidade, como um movimento que agrupa quatro estados reivindicando por políticas públicas inovadoras, que propiciam lugar social de mulheres que tiram seu sustento do extrativismo do coco babaçu e almejam por reconhecimento e direitos na sociedade.

METODOLOGIA

O desenvolvimento do trabalho iniciou com algumas reflexões sobre a temática, logo em seguida foi realizado uma pesquisa bibliográfica para melhor compreensão do tema e embasamentos teóricos, como a discussão sobre as quebradeiras de coco no geral e em modo peculiar o estado do Maranhão, não se pretende esgotar esta produção, tendo em vista, é vasta, mas delimitar as principais características e especificidades desse campo. Seguiu-se essa linha metodológica a partir do embasamento de haver debates e interligações como um todo relacionados as quebradeiras de coco, assim, durante o processo metodológico de pesquisa, foi considerado que há especificidades, principalmente no estado do Maranhão. E por fim, foi desenvolvido o trabalho escrito para melhor compreender sobre a trajetória das quebradeiras de coco na região Maranhense.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na sociedade atual, há vários discursos afirmando que as mulheres têm se tornado mais empoderadas e obtendo mais representações na sociedade e na política. No entanto, para as mulheres quebradeiras de coco, de acordo com Andrade (2007), houve a passagem por diversas lutas e conflitos. Para essas mulheres a palmeira tinha um significado muito relevante, era vista como “mãe”, pois “as representações das palmeiras revelam questões acerca das construções de gênero e estruturam-se em torno dos papéis sociais atribuídos para cada sexo” (Barbosa, 2008, p. 8). Isto é, a representação da palmeira era comparada à figura feminina pois a mesma tem uma responsabilidade de gerar filhos, criá-los e mantê-los. Essa é uma relação comum com as mulheres quebradeiras de coco, pois desenvolvem tal tarefa a fim de manter o sustento dentro de casa, inclusive para seus filhos.

Nesse sentido, “a palmeira de babaçu é considerada por esses sujeitos como uma ‘mãe’, pois, é geradora de vida, fonte de alimento e de materiais para a construção de moradias” (Amaral, 2017, p. 40). Considerando esse contexto, do extrativismo do coco babaçu, essas mulheres desenvolviam diversas atividades para seus sustentos familiar, isto é, eram meios de vida e sobrevivência. Essa ideia é afirmada por Passos (2008, p. 01):

De uma árvore completa vem a fonte de renda e complemento na alimentação de diversas comunidades. O babaçu contribui na construção das casas, dele é possível extrair óleo, leite e do mesocarpo, camada intermediária do coco, se faz uma farinha bastante nutritiva. Da mesma forma, ele é fonte de renda por ser matéria prima para a produção de sabão, e seus produtos, como o óleo e a castanha, são comuns na culinária local e mesmo na produção de cosméticos. (PASSOS, 2008, p. 01)

Com isso, havia a derivação e aproveitamento do coco babaçu em diversos aspectos. Ou seja, essas mulheres buscavam essa utilização “como recurso natural com forte potencial econômico, utilizando-os em diferentes momentos de sua vida cotidiana, na construção de casas, cercas, abanos, cestos e artesanatos diversos” entre outros. (Barbosa, 2008, p. 260). Vale ressaltar que o coco babaçu poderia ser reutilizado de variadas formas, e ainda assim, estaria ajudando no bem familiar.

Tanto que, de acordo com Barbosa (2008) o babaçu é fundamental para a economia familiar do meio rural maranhense, é utilizado o extrativismo e agregados a este, é utilizado também a pesca, o artesanato e a garimpagem. A amêndoa do babaçu é utilizada para fazer óleo e sabão em indústrias. E as quebradeiras de coco também produzem óleo e sabonetes que são exportados para outros comércios.

“Para além e em contato com a importância econômica do babaçu, estabelecem-se relações outras, de sentimentos e afetos; às questões econômicas e ao nível pragmático-utilitário articula-se um modo culturalmente específico de ser e existir” (BARBOSA, 2008, p. 260).

Ou seja, além do babaçu render fundos monetários a esses trabalhadores e ser uma ajuda de custo, também era algo de sua cultura, algo que crescia com eles, que produzia sentimentos e emoções, pois ali aprendiam inúmeros ofícios para usá-los a favor da sua sobrevivência.

No entanto, o extrativismo no Maranhão começou a ser proibido aproximadamente a partir da década de 70 e “os babaçuais deixaram de ser recursos abertos, usufruídos em sistema de uso comum” (Andrade, 2007, p. 446). E os fazendeiros e latifundiários impediam as mulheres de adentrar aos babaçuais por meio de ameaças e até mesmo violências. De acordo com Andrade esse foi o chamado “tempo do coco preso”:

O chamado tempo do coco preso não corresponde, necessariamente, ao tempo cronológico. Nós o datamos na década de 80, por ter sido esse o período em que as fontes escritas registraram o maior número de confrontos, de mortes, de incêndio de povoados, de destruição de casas, de escolas, de igrejas, de prisões, de ataques de pistoleiros. Quando as informantes se referem ao tempo do coco preso, porém, podem estar aludindo aos anos 70, aos 60, aos 50, ou seja, ao processo de fechamento dos babaçuais, que cada uma foi experimentando e do qual se lembra e rememora como um processo vivido. (ANDRADE, 2007, p. 446).

E também eram submetidas a manipulação comercial. Pois foi no “tempo do coco preso” que “ havia a construção de balcões para homens, mulheres e crianças quebrarem o coco e vendessem somente para o proprietário do Barracão” (Barbosa, 2008, p. 265). Nesse período, os donos dos barracões alteram o valor dos profundos, se favorecendo por meio de contratos extrativistas, afirma Barbosa (2008).

Nessa época, as mulheres quebradeiras de coco não tinham mais o livre acesso ao coco babaçu, sofriam, eram mortas porque elas ultrapassavam as cercas por causa da necessidade. Andrade (2007, p. 448) afirma que essas mulheres “passavam por baixo das cercas de arame farpado, enfrentando a humilhação no confronto com os vaqueiros – que lhes tomavam os cestos com os cocos coletados, quebravam seus instrumentos de trabalho, lhes batiam com chicote”. Ou seja, a violência, a falta de respeito e valorização era constante pelos fazendeiros em relação a essas mulheres.

Somando-se a isso de acordo com Bartaburu (2008) os fazendeiros queriam impedir esse acesso por causa do cultivo do gado e lavoura. E de acordo com Rebelo (2017) algo que muito colaborou para o fortalecimento desses conflitos no Maranhão foi a Lei de Sarney⁴, a lei 2.979 de julho de 1969, “Essa lei dava respaldo legal à privatização das terras públicas do Estado do Maranhão e incentivava os projetos agropecuários e agroindustriais, limitando o acesso das famílias rurais a áreas de babaçuais” (Silva, 2017, p. 162).

Nisso, a grilagem das terras, associada ao avanço da pecuária, levou as famílias camponesas a uma condição de submissão que culminaria em uma situação de conflito, evidenciando o problema da concentração de terras e da restrição de acesso aos babaçuais. (RÊGO E ANDRADE, 2006, 49).

Essa lei fortaleceu os conflitos no maranhão, pois houve a abertura das terras públicas para amigos e família, e os babaçuais permaneciam isolados às quebradeiras de coco. Nesse momento também, houve o incentivo a expansão da pecuária no Maranhão. Pois como afirma Rebelo (2012, p. 90) “essa lei concedeu suporte para a privatização das terras públicas do Maranhão, já que impulsionou o mercado de terras a expansão de projetos agropecuários”. Isto

⁴ A lei de Sarney é também chamada de lei de terras de Sarney, uma Lei criada pelo Governador do Maranhão José Sarney para contribuir com o desenvolvimento da pecuária no estado do Maranhão

é, a Lei de terras de Sarney permitia que os campos fossem ocupados pelas empresas privadas, trazendo assim enfraquecimento às trabalhadoras rurais.

Após a promulgação da Lei de Terras de Sarney, é implantado no Maranhão um mercado formal de terras que será diretamente responsável pelas profundas modificações nas relações sociais do meio rural, no entanto, a grilagem inicia sua trajetória, intensificando suas ações sobre as terras devolutas, proporcionando a instalação de grandes empresas agroindustriais da iniciativa privada, tanto nacionais como internacionais. Nesse sentido, o “Maranhão Novo”, advindo com o discurso de Sarney, vem consolidar o projeto pensado pela ditadura militar, pelo qual o Estado brasileiro produz, incessantemente, a miséria social, por meio da exclusão das classes menos favorecidas, e fomenta a concentração de riqueza nas mãos das elites locais e nacionais. (REBELO, 2012, p. 90)

No entanto, as mulheres quebradeiras de coco não acompanhavam esse “progresso” e viam como obstáculo para sua relação com a natureza, pois não se adaptam a modernização ocorrida. Dessa forma, elas se sentiam jogadas para fora da sua própria maneira de viver, pois continuam sendo impedidas as práticas extrativistas das quebradeiras de coco. Assim, no Maranhão houve muitas lutas e resistência por causa das disputas de terras. Houve expulsão, migração, violência e práticas e estratégias de resistência, ressalta Amaral (2017).

Então com tantos sofrimentos, violências e injustiças, essas mulheres quebradeiras de coco resolvem se posicionar e lutar por seus ideais. Nesse momento, essas mulheres se auto identificam como quebradeiras de coco, isto é, assumem a identidade de mulheres quebradeiras de coco.

A construção da identidade de mulher quebradeira de coco babaçu aconteceu de forma lenta e gradual, um momento em que as mulheres quebradeiras eram vistas pela sociedade local como praticantes de uma atividade extrativa, mas estavam dispersas pelo território (Pará, Maranhão, Piauí e Tocantins, logo a autodefinição de mulher quebradeira de coco babaçu não era pensada, manipulada ou apropriada. (REBELO, 2012, p. 93).

Algumas tinham vergonha de dizer o que faziam, outras os filhos e filhas também não diziam o que as mães e avós faziam. Mas com o tempo, passaram não só a ter orgulho de sua atividade, mas a defender a importância do que fazem para a economia local e para a sobrevivência das comunidades. (PASSOS, 2008, p. 01).

Segundo Gonçalves e Moura (2016, p. 02). “o sujeito constrói sua identidade por meio do processo de socialização. Ou seja, essas mulheres ao perceberem que passavam pelas mesmas dificuldades, resolveram assumir sua identidade e se posicionar e enfrentar todos os desafios para obter valorização e reconhecimento próprio e coletivo. Ainda nesse contexto, Junior e Tauchen (2017, p. 134) relatam que “a identidade se compõe nas relações estabelecidas pelo próprio sujeito e as forças de poder que exercem pressão sobre seus corpos, atitudes e desejos”. Isto é, a interligação das relações de poder impostas para essas mulheres com a

realidade vivenciada, contribuiu para a construção identitária dessas mulheres que se sentiam inferiores e sem valorização.

“Houve uma conquista no campo da identidade, pois ser quebradeira de coco era vergonhoso, era uma condição dos mais despossuídos. Com o movimento, as mulheres deixaram de ter vergonha” (Cecchin e Silva, 2015, p. 10). E foi a partir dessa autoindenação que as mulheres quebradeiras de coco decidiram lutar e reivindicar por mudanças, que poderiam refletir na atualidade delas e também, no futuro.

Nessa sequência de acordo com Amaral (2017) houve o despertar da consciência política das mulheres quebradeiras de coco, e conseqüentemente a formação da identidade social, reconhecendo-se como lutadoras pelas terras e por seus direitos. A partir daí, houve a criação de entidades que fortalecem essas estratégias de resistência.

Um exemplo de associação é ASSEMA que é a:

Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão, criada em maio de 1989, surge como uma alternativa de espaço político e de assessoramento técnico, onde os trabalhadores e trabalhadoras de povoados e ou comunidades rurais, buscavam saídas políticas, econômicas e ambientais para obterem a sustentabilidade da terra reconquistada do latifundiário (FIGUEIREIDO, 2005, p. 191).

A ASSEMA não delibera espaço suficiente para todas as mulheres participarem ativamente dos conflitos. E foi nesse período que houve o contato entre mulheres de vários locais, e logo compreenderam que as demandas, necessidades e reivindicações eram semelhantes, segundo Junior (2007). Então houve o entendimento sobre as situações de vida em outros lugares, e a ASSEMA sugeriu um encontro para debater sobre essas questões. Assim, na década de 90

as quebradeiras ingressaram no movimento sindical e puderam ter contato com mulheres que exerciam o mesmo ofício em outros estados, e muitas delas enfrentavam os mesmos conflitos. Perceberam, então, que não estavam sozinhas. Outras compartilhavam dos mesmos afazeres e, também, dos mesmos problemas. Para, então, a partir dessa união se fortalecerem, foi criado no início dos anos 1990, o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). (PASSOS, 2018, p.02).

Esse movimento surgiu de um conjunto de associações e mulheres que lutavam por preservação dos babaçuais, acesso livre e por políticas de governos que fortalecem e valorizassem o extrativismo. O MIQCB é “rede de cooperativas, associações e comissões dedicada à luta pelo direito das comunidades que extraem o babaçu” (Bartaburu, 2018, p. 02). E “as integrantes do MIQCB são extrativistas, donas de casa, mulheres, mães, avós, esposas, trabalhadoras rurais. Esse movimento responsável pela união das quebradeiras em prol de sua

autonomia, preservação do ecossistema, subsistência e de sua cultura passada de geração a geração” (Hagino, 2007, p. 03).

Esse movimento houve seu primeiro encontro no Maranhão em 1991 na cidade de São Luis, o segundo no Piauí, o Terceiro, o quarto e o quinto no Maranhão novamente em 1995, afirma Hagino (2007). Então, em 2001 o MIQCB foi registrado juridicamente, existindo até os dias atuais. De acordo com Amaral (2017, p. 115): “ O MIQCB é organizado através de regionais. Em cada Estado, Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará existe um escritório, isto é, uma regional. Em alguns estados, como o Maranhão, têm mais de uma regional devido a extensão geográfica do estado e da área correspondente aos babaçuais”. Isto é, o MIQCB possui um desenvolvimento maior no estado do Maranhão.

Além disso, de acordo com Barbosa (2013), a participação das mulheres maranhenses, e as demais nesse movimento foi algo complexo, pois as mulheres quebradeiras de coco passaram por diversas dificuldades, sofreram muitas violências, mortes, violências sexuais, incompreensão dentro do lar, dentre outros problemas, elas “ destacam a agressividade e a falta de respeito que sofreram, e ainda sofrem, nos espaços domésticos e de interação, pelos camponeses e seus próprios companheiros” (Amaral 2017 p. 101). Mesmo assim, elas não desistiram e lutaram para que esse movimento prosseguisse e trouxesse resultados satisfatórios.

Nesse sentido, “ o processo produtivo foi transformado. Surgem novas maneiras de organização institucional e as quebradeiras associam-se para que todas possam ganhar com a exploração do babaçu” (Junior, Dmitruk e Moura, 2014, p. 130). Surgiram então as Cantinas maranhenses, administradas pelas famílias rurais, responsável pela troca e venda de mercadorias derivadas do babaçu. Logo após não obter um funcionamento totalmente positivo, a ASSEMA e O MIQCB influenciaram na construção de uma lei que melhorasse tal situação.

Em 1997 foi criada a lei do babaçu livre no maranhão, na cidade do Junco: “ ela proíbe a derrubada de palmeiras e garante o acesso e o uso comunitário dos babaçuais por parte das quebradeiras, mesmo se estiverem em terras privadas. São raros, porém, os municípios nos quais a lei é cumprida – além dos esforços em revogá-la por parte de fazendeiros” (Bartaburu, 2018, p. 01). “No maranhão essa Lei é válida pela Lei nº 4.734 de junho de 1986, revogada com a lei nº 7.824 de 22 de janeiro de 2003⁵, proíbe a derrubada de palmeiras, inclusive estabelecendo multas as infrações” (Amaral, 2017, p. 124). Esse acontecimento foi muito significativo para as quebradeiras de coco pois

A devastação dos babaçuais significa ainda, para as quebradeiras, uma perda material e simbólica, uma vez que a palmeira assume um lugar personificado, ela é mãe, virgem, viúva. O corte, a queima e o envenenamento das palmeiras representam bem mais que uma redução dos babaçuais, marcando-lhes em sua intimidade e operando como uma violência ao seu trabalho e à sua vida. (BARBOSA, 2008, p. 262).

A partir das conquistas já citadas e colaborações de varias associações e movimentos as mulheres quebradeiras de coco se sentiram representadas e construíram sua identidade individual e coletiva, não tendo mais vergonha de ser quebradeira de coco, ao contrário, sentiram orgulhosa de assumirem essa identidade. Desse modo, continuam lutando coletivamente a fim de que os governos se conscientizem e promovam alternativas para as famílias extrativistas, além de lutar pela preservação dos babaçuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa investigação foi possível constatar que as mulheres quebradeiras de coco no geral passaram por muitas lutas e dificuldades, também, sofreram para desenvolver estratégias de resistência e lutar coletivamente. Pode-se constatar ainda, que as mulheres quebradeiras de coco no estado do Maranhão, passaram por muitas lutas, conflitos e dificuldades particulares, como a restrição dos maridos nas participações de reuniões nos sindicatos, desentendimentos dentro dos próprios lares, violências domésticas e sexuais entre outros. Porém, essas mulheres persistiram para conseguir uma independência financeira e mesmo a quebra do coco sendo desvalorizada, sendo um trabalho belo e ao mesmo tempo tão desvalorizado socialmente, essas mulheres não desistiram para se tornarem exemplos para seus filhos e para as gerações futuras. Algo muito relevante a se destacar, é que todo esse processo de lutas, possibilitou as mulheres quebradeiras de coco a assumirem essa identidade, sem vergonha ou remorso, ao contrário, com orgulho por ter uma identidade e uma profissão. Pois a quebra do coco e a utilização dos materiais derivados do coco babaçu representa para essas mulheres uma construção identitária. No entanto, cabe os governos federais, estaduais e municipais proporcionarem possibilidade de serviços a essas mulheres e valorização para que essa identidade não seja esquecida e haja progresso e toda essa trajetória de lutas e conflitos sejam motivos de exemplos a serem seguidos, para que possam ser vistas diferente pela sociedade e não como pessoas inferiores.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Mayka Danielle Brito. **Reforma Agrária e Reconhecimento:** o caminho da autonomia e liberdade das camponesas -quebradeiras de coco babaçu na região do Bico do Papagaio. 2017. 392 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Humana, Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ANDRADE, M. D. P. Conflitos Agrários e memória de mulheres camponesas. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 445-451, ago./2007.

ARAÚJO JUNIOR, Miguel Etinger de; DMITRUK, Erika Juliana; MOURA, João Carlos da Cunha. A Lei do Babaçu Livre: uma estratégia para a regulamentação e a proteção da atividade das quebradeiras de coco no Estado do Maranhão. **Seqüência**, Florianópolis, v. 1, n. 68, p.129-157, 01 mar. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2013v35n68p129>. Acesso em: 10 ago. 2019.

AYRES JUNIOR, José Costa. **A organização das quebradeiras de coco babaçu e a refuncionalização de um espaço regional na microrregião do médio Mearim Maranhense**. 2007. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Geografia, Desenvolvimento Regional Urbano, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-sc, 2007.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. TRABALHO, CONFLITOS E IDENTIDADES NUMA TERRA DE BABAÇU. **História Social**, Campinas – SP, n. 14/15, p.255-275, 12 ago. 2008

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do Babaçu: Gênero, materialismo e movimentos sociais no Maranhão**. 2013. 267 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em História, História Geral, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

CECCHIN, Hareli Fernanda Garcia; SILVA, Alex Pizzio da. O movimento das Quebradeiras de Coco na região do Bico do Papagaio: reflexões sobre redistribuição e reconhecimento. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2015, Florianópolis-sc. **Anais...** Florianópolis: [s.n], 2015. v. 1, p. 1 - 15.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-MASSACRES NO CAMPO. **Do coco babaçu à emancipação: o poder das quebradeiras do Maranhão**. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4439-do-coco-babacu-a-emancipacao-o-poder-das-quebradeiras-do-maranhao>. Acesso em: 4 ago. 2019.

FIGUEIREDO, Luciana Dias. **Empates nos babaçuais do espaço doméstico ao público: lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**. 199f. 2005. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento sustentável). Curso de Pós-graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento sustentável. Universidade Federal do Pará. Belém, 2005.

GONÇALVES, Thaís; MOURA, Paula Nascimento da Silva. Literatura Infantil e Identidade: Análise da obra "O cabelo de Lelê". **Revista Científica da FHO|UNIARARAS**, Araras -SP, v. 4, n. 1, p. 1-9, set. /2016. Disponível em: <http://www.uniaraaras.br/revistacientifica>. Acesso em: 15 jun. 2019

HAGINO, C Ra Hisa e Monteiro da Silva. Quebradeiras De Coco Babaçu: Identidade, Conflito Socio-Ambiental E Subsistência. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., 2007, Caxambu - Mg. **Anais...** Caxambu - Mg: [s.n], 2007. p. 1 - 22.

JUNIOR, Agnaldo Mesquita de Lima; TAUCHEN, Gionara. O Cabelo De Lelê: Reflexões Sobre Educação, Cultura e Identidade. **Momento: diálogos em educação**, Rio grande do Sul, v. 26, n. 2, p. 129-145, jun./2017.

REBELO, Maria de Narazé de Oliveira. **Representações sociais, cotidiano e práticas políticas de mulheres quebradeiras de coco babaçu no maranhão**. 2012. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Direito, Direitos Humanos, Universidade Federal do Pará, Belém-pa, 2012.

RÊGO, J. L.; ANDRADE, M. P. História De Mulheres: Breve comentário sobre o Território e a Identidade das Quebradeiras de coco Babaçu no Maranhão. **Agrária**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 47-57, ago/2006.

REPORTÉR BRASIL. **Quebradeiras de coco babaçu**. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/comunidadestradicionais/quebradeiras-de-coco-babacu/>. Acesso em: 4 ago. 2019.

SILVA, L. A. E. Mulheres quebradeiras de coco babaçu e movimentos sociais. **P2P & INOVAÇÃO**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 161-176, set./2017.